



Prefeitura Municipal de Coromandel

ADMINISTRAÇÃO 2021/2024

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

O presente Termo de Referência tem por objeto a abertura de Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) visando estabelecer diretrizes para obter estudos de viabilidade e modelagem de projeto de modernização, gestão, manutenção, operação, otimização de serviço de iluminação pública, bem como, implantação, operação e manutenção de infraestrutura de telecomunicações e de usina fotovoltaica do Município de Coromandel - MG.

Especificamente, este PMI busca obter informações para a estruturação de projeto para:

- a) identificar a melhor concepção técnica para suprir as necessidades do Município de Coromandel - MG;
- b) identificar e validar a modalidade de Concessão mais adequada à implementação do Projeto, a partir de estudos de demanda e de natureza econômico-financeira;
- c) identificar e validar o melhor arranjo jurídico-institucional a partir da modalidade de Concessão definida;
- d) Conciliar o Projeto com outros programas, projetos e ações relacionadas a eventuais funções públicas de interesse comum do município.
- e) Além dos objetivos já referidos, o Projeto tem como finalidade possibilitar a implantação de mecanismos para a:
 - Geração de renda e empregos diretos e indiretos no Município;
 - Fortalecimento das ações de fiscalização e controle;
 - Geração de diagnóstico urbano de todos os equipamentos públicos;
 - Geração de diagnóstico urbano das áreas verdes do município;
 - Aumento da arrecadação de ITBI, ITU e IPTU do município;
 - Aumento da arrecadação com a Taxa de Iluminação Pública;
 - Monitoramento e Controle de Ativos;
 - Melhoria no sistema de telecomunicações do Município;
 - Melhoria de atendimento ao munícipe;
 - Modernização e melhoramento da iluminação pública do município;
 - Melhora na qualidade de vida dos munícipes;
 - Melhora na segurança dos munícipes;
 - Respeito às normas de Meio Ambiente e o regramento do ANEEL;
 - Diminuição do custeio da máquina pública por meio de tarifas de energia mais acessíveis, com a energia solar;
 - Sustentabilidade já que a Prefeitura, Secretárias, Autarquias, e demais prédios públicos, estariam utilizando energia limpa;
 - Melhora no bem estar dos Cidadãos;

Tendo isso em vista, este Termo de Referência busca fornecer informações aos interessados na elaboração dos estudos em nível de detalhamento suficiente para composição do Edital de Concessão para modernização, gestão, manutenção, operação, otimização de



Prefeitura Municipal de Coromandel

ADMINISTRAÇÃO 2021/2024

serviço de iluminação pública, e implantação, operação e manutenção de infraestrutura de telecomunicações e de usina fotovoltaica do Município de Coromandel - MG.

2. INTRODUÇÃO

Este Termo de Referência apresenta o conteúdo, as diretrizes e as premissas para a elaboração dos estudos técnicos pelos autorizados, no âmbito do chamamento público.

Os Requerimentos de Autorização devem estar acompanhados dos documentos exigidos no Edital e permitir que a Administração Pública Municipal disponha de todas as informações necessárias para proceder à análise formal e substantiva dos seus conteúdos, nos termos do Edital de Chamamento Público do Procedimento de Manifestação de Interesse - PMI e deste Termo de Referência.

Os Estudos devem atender às diretrizes previstas neste Termo de Referência, compreendendo os elementos mínimos relacionados à modelagem técnica, econômico financeira e jurídica descritos a seguir. Os requisitos para análise de Requerimento de Autorização e para avaliação e seleção dos Estudos especificados no Edital devem ser interpretados em conjunto com as diretrizes constantes deste Termo de Referência.

As questões ambientais vêm se tornando temas centrais de discussões no Brasil e no Mundo. Até meados da década de 1980, conforme ressalta Pinheiro (1998), falava-se muito em preservar a natureza, o meio ambiente, porém, tinha-se como foco central, preocupações voltadas para a denominada natureza intocada, ou seja, os biomas, as bacias hidrográficas, a fauna e a flora, as paisagens e os recursos naturais que compõem o ecossistema e a biodiversidade do Planeta. O meio urbano apresenta, há décadas, um intenso crescimento desordenado e acelerado, trazendo como consequência, principalmente nos países subdesenvolvidos, um ambiente degradado.

Considerando-se que atualmente a maioria da população mundial está vivendo em cidades, então o desafio de se buscar o equilíbrio socioambiental nesse novo cenário está, em grande parte, entregue aos governantes locais. Nessa perspectiva, a qualidade de vida nas cidades do futuro dependerá da forma como for estabelecido o padrão de desenvolvimento urbano no presente.

Dentro desse quadro, além do Município de Coromandel - MG, não possuir recursos suficientes para buscar a melhoria dos serviços de iluminação pública em menor tempo acaba arcando com alto consumo com iluminação pública e energética, enquanto pode se valer de alternativas mais econômicas e sustentáveis.

Assim, pensando no meio ambiente e em uma governança eficiente serve o presente Termo de Referência para justificar a elaboração de um Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) para que possibilite pessoas devidamente autorizadas elaborarem estudos de viabilidade/projetos de Interesse do Poder Público, com direito de ressarcimento dos custos incorridos pelo vencedor da futura licitação para a delegação do projeto, com fundamento legal nos artigos 21, da Lei Federal 8.987/95, e 31, da Lei Federal 9.074/95, bem como o Decreto Federal n° 8.428/2015.

A busca pela melhoria da Iluminação Pública se mostra viável com a substituição de luminárias de alto consumo energético por luminárias mais econômicas e de maior potência



Prefeitura Municipal de Coromandel

ADMINISTRAÇÃO 2021/2024

luminosa, capazes de oferecer conforto visual aos cidadãos e reduzir o custo da Administração Pública com esse serviço.

A implantação, melhoria e aperfeiçoamento da estrutura de telecomunicações do Município, leva a uma agilização e efetivação no atendimento do munícipe além de um maior controle e centralização das informações de interesse do Poder Público Municipal.

Outrossim, busca-se com a construção de Usina(s) Fotovoltaica(s) a geração de energia limpa e sustentável, visando o abatimento do consumo da Administração Pública, englobando prédios públicos, iluminação pública, preservando integralmente o meio ambiente para futuras gerações e ter impacto direto na redução de despesas de custeio, inclusive após o retorno do investimento, haja vista a vida útil do equipamento ser estimada em 25 anos.

3. DESCRIÇÃO DA PROPOSTA PELO MUNICÍPIO DE COROMANDEL - MG

A presente proposta de Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) visa criar um marco crucial na trajetória do Município de Coromandel - MG, rumo à modernização, sustentabilidade e eficiência na gestão de dados, iluminação pública e eficiência energética. Essa iniciativa representa não apenas um avanço operacional, mas um compromisso robusto com a melhoria substancial da qualidade de vida da população e um investimento significativo na preservação ambiental, assegurando um legado positivo para as futuras gerações.

Ao abraçar a modernização da infraestrutura de iluminação pública, busca-se não apenas a atualização tecnológica, mas também a otimização dos recursos, garantindo um serviço mais eficiente e acessível, o que também é possível com os serviços de geoprocessamento agregado. A introdução de uma usina fotovoltaica não só diversifica a matriz energética, reduzindo os custos a longo prazo, mas também reforça o compromisso com a sustentabilidade, contribuindo ativamente para a redução da pegada de carbono e promovendo uma transição rumo a fontes de energia mais limpas e renováveis.

Esse empreendimento não se limita à modernização física; representa um comprometimento com o bem-estar dos cidadãos. Busca-se não apenas melhorar a luminosidade das ruas, mas também criar condições para o desenvolvimento socioeconômico local, gerando empregos diretos e indiretos e fortalecendo a fiscalização para garantir a segurança de todos.

Além disso, a arrecadação adicional proveniente da Taxa de Iluminação Pública será reinvestida em melhorias contínuas na infraestrutura urbana, saúde, educação e outras áreas prioritárias. Ao integrar esse projeto a programas e ações de interesse comum do município, Coromandel - MG está construindo um cenário propício para o florescimento de sua comunidade.

Assim, esta proposta não é apenas um passo rumo à eficiência operacional; é um compromisso holístico com a qualidade de vida, a prosperidade econômica e a preservação ambiental. Acredita-se que, ao implementar essas mudanças, o município não só atende às necessidades imediatas, mas também estabelece um exemplo de liderança municipal comprometida com o futuro sustentável e próspero de sua comunidade.

4. A JUSTIFICATIVA DO PROJETO



Prefeitura Municipal de Coromandel

ADMINISTRAÇÃO 2021/2024

É pública e notória a situação de precariedade da iluminação pública atualmente existente no âmbito do Município de Coromandel - MG, bem como, a necessidade do Município de se colocar na vanguarda da energia limpa com a adoção de usinas solares para a iluminação dos prédios públicos por meio de energia fotovoltaica.

Da análise aos serviços atuais de iluminação pública e dos serviços atuais associados podem ser constatados os seguintes problemas hoje existentes:

- Ruas iluminadas de forma insuficiente;
- Demora na substituição das luminárias com defeitos e/ou inoperantes;
- Utilização em sua grande maioria de Luminárias de baixa eficiência;
- Gestão da COSIP/CIP feita de forma não eficiente;
- Altos custos de faturas;
- Baixo nível de controle dos gastos, dependendo exclusivamente das

informações da concessionária.

Ademais a modernização no fornecimento de energia, por meio de fontes alternativas e mais baratas, é medida que se impõe de forma imediata a todos, cabendo assim ao Poder Público considerando o seu interesse dar o exemplo, o que impactará nos seguintes pontos em benefício da sociedade de Coromandel:

- Diminuição nos custos da Prefeitura com energia;
- Sobra do caixa do Município de valores do custeio de energia, que podem ser destinados a atender outras áreas de interesse do Município, melhorando a qualidade de vida dos Municípios;
- Atendimento de requisito para busca de CERTIFICAÇÃO INTERNACIONAL DE ENERGIA RENOVÁVEL – I-Rec, fornecida pela ABRAGEL.

Em paralelo, avançam no país ideias modernizantes e desestatizantes em termos de gestão pública, com as concessões e as Parcerias Público Privadas (PPPs) ganhando espaço e se tornando um meio eficiente de possibilitar mais investimentos e melhores serviços prestados à sociedade em curto prazo. Sem elas, dado o atual cenário fiscal, investimentos maciços em infraestrutura acabam sendo inviáveis, o que acaba por impossibilitar projetos de grande amplitude, em especial no âmbito municipal. Diante disso, as Concessões e as Parcerias Público Privadas (PPPs) tornam-se a ferramentas possíveis e um caminho fundamental para que as cidades se modernizem e avancem.

Nesse aspecto, imperioso observar que a realização de tal projeto através da PMI possibilita ganhos de escala e a racionalização e otimização da aplicação dos recursos públicos.

Neste sentido, e considerando as necessidades do Município de Coromandel - MG, vislumbrou-se nas Concessões e Parcerias Público Privadas o arcabouço instrumental necessário para que o Município possa implantar a infraestrutura necessária para a iluminação dos prédios públicos, implantação de infraestrutura de telecomunicações e instalação de usina fotovoltaica, pois dependerá de iniciativas de financiamento do setor privado. A remuneração do particular será fixada com base em padrões de performance e será devida somente quando o serviço estiver à disposição do Município ou dos usuários, os quais não seriam possíveis em



Prefeitura Municipal de Coromandel

ADMINISTRAÇÃO 2021/2024

curto prazo e que poderão, assim, atender às necessidades e garantir a qualidade e eficiência na prestação dos serviços públicos em questão.

5. ESCOPO DO PROJETO

Tendo em consideração esses elementos, tem-se como premissas gerais para o desenvolvimento dos ESTUDOS:

- A priorização do interesse público do PROJETO, a partir dos benefícios para a população advindos de sua execução;
- A compatibilidade com as normas e legislações vigentes, especialmente no tocante a aspectos ambientais, diretrizes de uso do solo e regulações quanto a patrimônio histórico e cultural;
- A vedação da apresentação de soluções que levem em conta a concessão de incentivos fiscais e tributários não previstos na legislação.

Tem-se como premissas específicas para o desenvolvimento dos ESTUDOS:

- Proveja o Município de serviços eficientes e adequados à população, constituindo uma referência de profissionalismo para os demais serviços prestados;
- Assegure tecnologia de ponta na captação de energia de modo a reduzir os valores gastos com faturas atuais, por meio de energia limpa, com a utilização da energia solar;
- Garanta maior eficiência e transparência a todo o processo;
- Maximize a relação custo-benefício dos serviços prestados, desonerando o Município sem descuidar do atendimento ao cidadão.

O desenvolvimento dos Estudos contemplará, ainda, a elaboração dos seguintes produtos abaixo arrolados, sem prejuízo de alterações, supressões e acréscimos ao longo do prazo de elaboração dos mesmos, bem como daquilo que vier a ser definido no respectivo Edital de Chamamento Público.

6. DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DOS ESTUDOS

Os interessados em participar do PMI e autorizados a apresentar os estudos deverão apresenta-los evidenciando claramente a fonte das informações, quando for o caso, bem como as premissas que fundamentam as conclusões em cada caso.

Os estudos devem ser desenvolvidos sob a ótica do desenvolvimento sustentável. As propostas de modernização, gestão, manutenção, operação, otimização e implantação de serviço de iluminação pública, e, implantação, operação e manutenção de infraestrutura de telecomunicações e de usina fotovoltaica sugeridas devem ser coerentes e integradas às políticas sociais, urbanísticas, ambientais, de saúde e de desenvolvimento econômico.

Visando garantir a objetividade na avaliação dos estudos, as propostas deverão obedecer ao formato específico de apresentação descrita nos itens abaixo:

- a) As informações, bem como toda a correspondência e documentos relativos a este PMI, deverão ser redigidos em língua portuguesa, sendo toda a documentação compreendida e interpretada de acordo com o referido idioma.
- b) Toda a documentação deverá ser dividida em cadernos e encaminhada em via digital e impressa e, ainda, conter em seu início um sumário das matérias com as páginas correspondentes.



Prefeitura Municipal de Coromandel

ADMINISTRAÇÃO 2021/2024

c) Admite-se o acréscimo de itens além dos listados seguir, desde que sejam respeitados os formatos expressos e desde que isso se constitua em instrumento para ampliação do espectro da abordagem ou aprofundamento técnico.

Os participantes deverão apresentar as contribuições seguindo a seguinte distribuição:

ATIVIDADE	ESTUDOS DESENVOLVIDOS
Proposta Preliminar	Esta proposta deverá conter avaliações preliminares, identificando objetivos e possíveis limitações e restrições que possam influenciar a estruturação do projeto.
Modelagem Técnica	Estudos de viabilidade e modelagem de projeto modernização, efficientização, operação, manutenção e georreferenciamento dos serviços de iluminação pública, implantação, operação e manutenção de infraestrutura de telecomunicações, e implantação, operação e manutenção de usina fotovoltaica, do município de Coromandel - MG.
Modelagem Econômica - Financeira	Análise de Viabilidade Econômica e Financeira, com projeção de receitas, custos, investimentos e indicadores, bem como análises de Custo de Oportunidade e Ponto de Equilíbrio.
Modelagem Jurídico-Institucional	Visa apresentar elementos necessários à escolha do modelo jurídico mais adequado para a relação que se deve estabelecer, contemplando todos os elementos necessários para o estabelecimento do negócio, sejam inerentes ao ambiente jurídico institucional ou mesmo afetos à gestão do futuro contrato. A modelagem Jurídico- Institucional deve apresentar de forma clara as opções legais existentes para a formação do liame contratual pretendido, bem como as minutas de edital, contrato e respectivos anexos, que trarão os critérios para a seleção do parceiro privado, as regras do negócio e a regulamentação da parceria no longo prazo.

6.1 CADERNO I - PROPOSTA PRELIMINAR

Este caderno consiste em uma apresentação inicial dos serviços a serem estudados com base na análise de dados secundários e pesquisas exploratórias. Esta proposta deverá conter avaliações preliminares, identificando objetivos e possíveis limitações e restrições que possam influenciar a estruturação do projeto.

Deve conter a síntese da Manifestação de Interesse, abordando, de forma resumida, informações pinçadas dos Cadernos que compõe o estudo, de forma a apresentar seu conteúdo de forma sintética e abrangente. Pode-se utilizar recursos gráficos, tabelas, quadros, planilhas, desenhos e figuras que melhor auxiliem na compreensão da proposta. Além disso, deverá apresentar relatório abrangendo, mas não se limitando a:

- Tecnologias a serem adotadas;
- Características básicas operacionais;



Prefeitura Municipal de Coromandel

ADMINISTRAÇÃO 2021/2024

- c) Panorama legal da execução do projeto;
- d) Localização e adequabilidade do projeto, considerando as áreas de implantação;
- e) Forma mais adequada para aquisição dos terrenos (aquisição direta pelo poder público ou pelo particular), caso seja necessário;
- f) Parâmetros que nortearão a concepção do projeto, como: perfil da população abrangida pelo projeto; prognósticos para o crescimento da população impactada; área disponível; serviços e tipos de assistência a serem prestados, além de outros aspectos relevantes para o estudo;
- g) Análise de benchmarking: realizar análise de benchmarking em relação à concessão de serviços propostos em outros locais no Brasil e, se possível, em outros países. Especificamente, buscar modelos de negócios que promovam sinergias entre os serviços a serem concessionados;
- h) Estudos de impacto: verificação e avaliação do impacto socioeconômico dos serviços propostos objeto do PMI.

6.2 CADERNO II – MODELO TÉCNICO

O Caderno II – Modelo Técnico consiste na elaboração de estudos da infraestrutura necessária para execução do projeto, obedecendo às especificações do presente Termo de Referência, bem como a definição do modelo operacional que será adotado. Devem-se considerar, para a elaboração de um estudo de infraestrutura, as questões legais, administrativas e operacionais relativas à implantação desse empreendimento, contemplando:

- a) Descritivo conceitual do projeto, com infraestrutura necessária e especificidades da capacidade total;
- b) Definição das especificações mínimas para todas as instalações e serviços a serem prestados;
- c) Diretrizes construtivas;
- d) Identificação e mapeamento de áreas de implantação do projeto, além dos custos e análise de regularidade da implantação deste tipo de empreendimento perante as autoridades competentes.
- e) Especificação e dimensionamento das instalações, mobiliário e equipamentos a serem empregados;
- f) Estimativas de custo individual das obras de arquitetura, complementares de engenharia, paisagismo e comunicação visual, mobiliário e equipamentos previstos incluindo a referência utilizada;

Avaliação inicial de impacto ambiental e urbanístico das soluções propostas, contendo as diretrizes para o licenciamento ambiental, com base na legislação aplicável.

Além disso, este Estudo deverá apresentar as melhores práticas, inovações e sugestões nos procedimentos operacionais da manutenção da infraestrutura e dos equipamentos necessários para adequada prestação de serviços objeto desse projeto, bem como da prestação dos serviços de apoio a elas. Dessa forma, este caderno deve conter o Modelo de Negócios e de Serviços a serem prestados, além de:

- a) Descrição das tecnologias disponíveis para a prestação dos serviços a serem concessionados: a partir da experiência internacional e nacional, apresentar as tecnologias



Prefeitura Municipal de Coromandel

ADMINISTRAÇÃO 2021/2024

disponíveis no mercado bem como suas vantagens e desvantagens. Ainda, devem-se analisar as tecnologias disponíveis considerando (1) sustentabilidade ambiental e (2) sustentabilidade financeira;

b) Indicação das tecnologias para cada serviço descrito, esta indicação deve ser instruída com justificativas e análises a partir das situações ambientais e geográficas do Município;

c) Projeção de demanda para utilização das estruturas de operação para os serviços a serem concessionados: a projeção deverá ser realizada para até 35 anos e deverá ser acompanhada da memória de cálculo que evidencie as variáveis independentes e as premissas utilizadas no cálculo. Para esse cálculo, deve-se considerar as informações nos demais anexos;

d) Identificação e análise dos riscos do projeto: analisar os possíveis riscos, inclusive de demanda, inovação tecnológica, ambientais; e obtenção das licenças necessárias bem como outros que sejam capazes de afetar a operacionalização do negócio;

e) Descrição da matriz de responsabilidades: apresentar proposta de atribuições operacionais, no contexto de uma concessão relacionada à gestão da Iluminação Pública, geoprocessamento e implantação, operação e manutenção de usina fotovoltaica do Município de Coromandel – MG.

f) Descritivo de possíveis receitas acessórias que poderão ser geradas por meio de atividades complementares àquele objeto deste contrato;

g) Quadro de Indicadores de Desempenho: desenvolver o conjunto de indicadores para acompanhamento das atividades do operador privado, conforme descritos a seguir:

- Os índices serão graduados em níveis de qualidade (por exemplo, muito bom, bom, ruim, muito ruim), e mensurados separadamente, de modo a caracterizar de maneira mais fiel possível a qualidade da prestação dos serviços concessionados.
- Deverá estar explícito para cada indicador seu objetivo, sua forma de medição, unidade de medida, periodicidade de cálculo/aferição, fonte de coleta de dados, forma de apresentação da nota e ainda observações necessárias para dirimir dúvidas ou dupla interpretação.
- Os indicadores deverão produzir uma nota de 0 a 10 de forma objetiva e com periodicidade regular.

Deverão ser utilizados indicadores de desempenho que reflitam a qualidade esperada da gestão do concessionário, com divisão em grupos, discriminação da metodologia e periodicidade de avaliação, pesos e impacto sobre o pagamento da contraprestação pública (Quadro de Indicadores de Desempenho). Os indicadores de desempenho devem ser capazes de induzir o comportamento do concessionário com vistas à melhoria contínua da qualidade e eficiência do serviço prestado. Os indicadores de desempenho deverão, portanto, ser estruturados de modo a formar um sistema de indução do comportamento desejado, alinhando o interesse econômico do futuro operador com o interesse público.

Poderão ser considerados indicadores que avaliem, dentre outros aspectos:

- i. Grau de satisfação da população com os serviços prestados;



Prefeitura Municipal de Coromandel

ADMINISTRAÇÃO 2021/2024

- ii. Aproveitamento econômico com lâmpadas LED;
- iii. Economia com energia solar fotovoltaica;
- iv. Mitigação dos impactos ambientais das tecnologias/processos adotados.

Cada indicador deverá ser elaborado de forma a permitir aferição independente dos demais.

Deverá haver indicadores específicos relativos à preservação do meio ambiente e inclusão produtiva e empreendedora de pessoas por meio da geração de oportunidades de trabalho e renda.

Os indicadores de desempenho deverão estabelecer um padrão operacional de excelência para os serviços concessionados, respeitando o princípio da eficiência administrativa.

Deverão ser descritos os procedimentos, forma e periodicidade em que cada indicador de desempenho será medido.

Estudo da Forma de Pagamento: definição do mecanismo de pagamento da Concessionária, especificando a forma de composição da Contraprestação Pecuniária.

Estruturação de Plano de Operação e Conservação/Manutenção da infraestrutura implantada: deverão ser previstas e orçadas todas as intervenções julgadas necessárias para que as condições operacionais dos serviços concessionados se mantenham adequadas por toda a vigência da concessão.

6.3 CADERNO III - MODELAGEM ECONÔMICO-FINANCEIRA

Tendo como referência os investimentos necessários (CAPEX) à modernização e os custos para a devida operação e manutenção (OPEX) do Projeto, deverá ser elaborado Estudo de Viabilidade Técnica Econômica (EVTE). Este estudo, juntamente com as premissas financeiras a serem identificadas, farão parte do Modelo Econômico-Financeiro, resultando na análise de viabilidade do Projeto.

O EVTE deverá seguir as práticas contábeis e fiscais vigentes à época da preparação do modelo.

O Modelo Econômico-Financeiro deverá claramente mostrar as premissas que embasaram os Estudos, incluindo, mas não se limitando a:

- Premissas macroeconômicas e financeiras;
- Justificativa para a Taxa Interna de Retorno (TIR) adotada;
- Premissas fiscais e tributárias;
- Descrição da estrutura de capital (próprio e de terceiros);
- Descrição do tipo de dívida e dos instrumentos financeiros utilizados, montante, Prazo e condições;
- Cronograma físico-financeiro detalhado dos investimentos, mensal, por etapa e por fase de implantação;
- Todas as fontes de receita;
- Premissas para projeção de capital de giro;
- Custos e despesas;



Prefeitura Municipal de Coromandel

ADMINISTRAÇÃO 2021/2024

- Premissas para a recuperação do investimento por parte do Parceiro Privado ao longo do prazo da concessão (como, por exemplo, a distribuição de dividendos e a redução de capital);
- Prazo ideal de duração da concessão.

Os principais resultados do Modelo Econômico-Financeiro deverão incluir:

- Contraprestação;
- Taxa Interna de Retorno (TIR) do Projeto e do Equity;
- Alavancagem financeira máxima;
- Produção de indicadores: exposição máxima, custo médio ponderado de capital (WACC), payback, etc.;
- Índice de Cobertura dos Serviços de Dívida (ICSD) anual e médio;
- Ano do primeiro retorno de Equity;
- Primeiro e último ano de pagamento das dívidas.

O Modelo Econômico-Financeiro deverá ser apresentado na forma escrita, detalhando os parâmetros e premissas:

- Painel de controle (sumário);
- Premissas;
- Seguros necessários;
- Estrutura de capital;
- Demonstração de Fluxo de Caixa detalhado;
- Cálculo dos indicadores econômicos: Valor Presente Líquido (VPL), Taxa Interna de Retorno (TIR) do Projeto e do Acionista, Payback, etc.;
- Estimativa de contraprestação pública;
- Demonstração de Resultados de Exercício;
- Balanço Patrimonial;
- Termos e condições de financiamento;
- Investimentos ao longo de toda a concessão, por ano;
- Custos de operação e manutenções periódicas em toda a concessão, por ano;
- Análises de Sensibilidade;
- Quadro de usos e fontes de recursos;
- Tributos;
- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida anual e médio.

Adicionalmente, deverá ser elaborado estudo que analise os ganhos de eficiência decorrentes da concessão (Value for Money). Deverá ser elaborado Projeto Público de Comparação, considerando os riscos que serão transferidos ao parceiro privado, de forma que se tenha o custo de execução direta pela Administração Pública do mesmo objeto a ser concedido. Esta análise consiste na demonstração de conveniência e oportunidade para a contratação do objeto por meio de Concessão Administrativa, conforme previsto no art. 10 da Lei 11.079/2004.

6.4 CADERNO IV - MODELAGEM JURÍDICA



Prefeitura Municipal de Coromandel

ADMINISTRAÇÃO 2021/2024

Este Modelo tem por objetivo conferir ao Projeto a segurança jurídica necessária para a estruturação de projeto de longo prazo. As premissas técnicas, operacionais, econômicas e financeiras adotadas no Projeto deverão ser referendadas pelo Modelo Jurídico.

A modalidade de concessão inicialmente considerada para o projeto é a Concessão Administrativa (art. 2º, § 2º, da Lei Federal 11.079, de 2004), considerando que a remuneração do parceiro privado é proveniente de aportes regulares de recursos orçamentários do município para honrar os pagamentos. Caso os interessados entendam ser mais vantajosa a adoção de outro formato jurídico para o projeto, ou seja, outra modalidade de contratação que não a Concessão Administrativa, a proposta do novo formato jurídico deve vir claramente detalhada e justificada nos estudos a serem entregues.

O Modelo Jurídico deverá contemplar, ao menos:

- Análise Jurídico Institucional;
- Matriz de Riscos;
- Sugestão da modalidade de licitação a ser adotada;
- Requisitos habilitatórios, de maneira fundamentada;
- Sugestão do critério de julgamento a ser utilizado;
- Garantias de proposta exigidas, de maneira fundamentada;
- Diretrizes para o licenciamento ambiental do empreendimento, na forma do regulamento, sempre que o objeto exigir;
 - Ordem das fases do certame;
 - Aspectos técnicos da proposta e critérios de pontuação, se for o caso;
 - Obrigações das partes;
 - Modo, forma e condições de prestação dos serviços;
 - Garantias contratuais exigidas, inclusive em favor do concessionário;
 - Sistema de mensuração de desempenho, incluindo critérios, indicadores, fórmulas e parâmetros de qualidade dos serviços prestados;
 - Forma de fiscalização dos serviços objeto da concessão, admitida a figura de verificadores independentes;
 - Fluxo correspondente às etapas do pagamento, desde a liquidação das despesas até a liberação dos valores devidos a título de contraprestação;
 - Penalidades aplicáveis em caso de descumprimento das obrigações assumidas pelo contratado, proporcionais ao tipo e à gravidade da infração correspondente;
 - Listagem dos riscos do projeto e a sua distribuição entre as partes;
 - Fórmulas para os processos de reequilíbrio econômico-financeiro;
 - Fórmulas, mecanismos e periodicidade da revisão dos indicadores de desempenho;
 - Casos de extinção da concessão e bens reversíveis;
 - Mecanismos amigáveis de resolução de conflitos, incluída a arbitragem;
 - Estrutura de Garantias.

A análise jurídica institucional deverá mapear as alternativas que o poder concedente possui para viabilizar o arranjo jurídico necessário para a implementação do Projeto, justificando a alternativa escolhida.



Prefeitura Municipal de Coromandel

ADMINISTRAÇÃO 2021/2024

Deverão ser elaboradas minutas das ferramentas jurídicas necessárias ao modelo indicado. Isso se torna necessário por se tratar de projeto de parceria delongu prazo, traduzindo maior segurança tanto para o poder concedente quanto ao parceiro privado.

Por se tratar de Projeto de Parceria Público Privada, deve ser previsto o compartilhamento dos riscos do projeto. Deverão ser identificados os riscos da execução do Projeto, seus efeitos, forma de mitigação e alocação. Assim, a Matriz de Riscos deverá apresentar o conjunto de riscos que permeiam o projeto, sendo que a alocação ou compartilhamento dos mesmos deverá ser proposta com base na capacidade e aptidão de cada uma das partes em gerenciá-los e mitigá-los.

Por consequência dos riscos identificados, quantificados e alocados, deverá ser proposta estrutura de garantias e seguros necessária à execução do projeto. Esta estrutura tem por objetivo garantir a execução do contrato ainda que os riscos se realizem e as ações adotadas para mitigá-los não tenham sido suficientes para impedir impactos na execução do objeto do contrato. Deverão ser estipuladas as garantias a serem oferecidas tanto pelo parceiro público quanto pelo parceiro privado.

Deverão ser elaborados os documentos necessários à contratação da referida Parceria Público Privada, como minuta do Edital de Licitação e seus anexos.

7. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DOS PROPONENTES

O proponente será selecionado por meio de chamamento de procedimento de manifestação de Interesse, e autorizado a realizar os estudos tratados no presente termo de referência mediante comprovação dos seguintes requisitos de habilitação:

a) **Habilitação Jurídica**

- Se Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional e comprovante de endereço;
- Se Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoeempreendedor.gov.br;
- Se Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- Se Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País: decreto de autorização para funcionamento no Brasil;
- Se Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;



Prefeitura Municipal de Coromandel

ADMINISTRAÇÃO 2021/2024

- Se Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária - inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde tem sede a matriz.

As empresas estrangeiras que não funcionem no País deverão apresentar documentos equivalentes, na forma da Lei 14.133 de 2021 e, eventual, regulamento emitido pelo Poder Executivo Estadual/Municipal.

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

b) Qualificação econômico-financeira:

- Certidão negativa de pedido de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da comarca do Município onde se encontra a sede da PROPONENTE, em caso de pessoa jurídica, e, no caso de pessoa física, Certidão negativa de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física;

- Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, no caso de pessoa jurídica.

c) Regularidade fiscal e trabalhista:

- Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda – CNPJ;

- Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes municipal e/ou estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede da PROPONENTE;

- Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

- Certidão negativa conjunta, emitida pela Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), relativamente aos tributos administrados pela RFB, às contribuições previdenciárias e à dívida ativa da União administrada pela PGFN;

- Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual e Municipal (referente ao ISSQN) da sede da PROPONENTE, por meio de certidões emitidas em, no máximo, 180 (cento e oitenta) dias antes da data para recebimento dos envelopes;

- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

d) Para comprovação da qualificação técnica

- Comprovação de experiência da(s) Proponente(s) na elaboração modelagem de Concessões ou Parcerias Público-Privadas e/ou execução de projetos de natureza semelhante à do objeto deste Edital, o que deverá ser feito mediante apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

- Comprovação de Capacidade Técnico Profissional mediante apresentação de atestado de capacidade técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado(s) da respectiva Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo (s) Conselho(s) Profissional(is) correspondente(s), em nome do(s) consultor(es)/profissional(is)



Prefeitura Municipal de Coromandel

ADMINISTRAÇÃO 2021/2024

técnico(s) vinculados à(s) Proponente(S), comprovando execução de serviços de características técnicas similares ou superiores às do objeto do presente edital, cujas parcelas de maior relevância técnica e de valores significativos são as seguintes:

- ✓ Projeto e/ou execução de obras ou serviços de manutenção, operação, e implantação de serviço de iluminação pública;
- ✓ Projeto e/ou execução de instalação, operação e manutenção de usina fotovoltaica.

É admitido somatório de atestados para comprovação conjunta dos itens acima, mas não para um único item.

A comprovação do vínculo profissional entre a(s) Proponente(s) e os consultores/profissionais técnicos que detêm o acervo técnico mencionado acima deve se dar mediante apresentação de um dos documentos abaixo relacionados, incluindo, no mínimo, um Engenheiro Eletricista:

- ✓ cópias da “ficha ou livro de registro de empregado”, ou
- ✓ carteira de trabalho profissional, que comprove a condição de empregado; ou
- ✓ contrato social que comprove a condição de sócio do profissional; ou, no caso de profissional contratado, deverá ser apresentado o contrato formalizado entre a empresa licitante e o profissional com firma reconhecida ou assinatura digital que forneça a mesma validade e autenticidade; ou
- ✓ declaração atestando a contratação futura de profissional autônomo que preencha os requisitos e se responsabilize tecnicamente pela execução dos serviços, mediante assinatura da Proponente e do profissional.

É admitido que a documentação técnica seja apresentada em conjunto, isoladamente ou mesmo por consultores vinculados à Proponente ou a apenas um dos seus integrantes em caso de Consórcio.

Não será aceita a apresentação de declaração emitida pela própria Proponente.

Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO DOS ESTUDOS

A avaliação dos estudos será realizada pelo Órgão Gestor de Parceria Público Privada nomeado para essa finalidade, que poderá solicitar auxílio a técnico de outros órgãos, comissões especiais nomeadas pela administração ou por consultorias externas, conforme interesse da Administração;

A nota de cada caderno será calculada pela soma das notas de cada item do caderno que, por sua vez, serão avaliados individualmente observando-se a:

- a) Aderência ao Termo de Referência;
- b) Qualidade técnica dos estudos;



Prefeitura Municipal de Coromandel

ADMINISTRAÇÃO 2021/2024

c) Adoção das técnicas de elaboração, de normas e procedimentos científicos pertinentes, e a utilização de equipamentos e processos recomendados pela tecnologia aplicada ao setor, observados os critérios de razoabilidade, aplicabilidade e economicidade.

Os Estudos terão a nota de 0 a 400, conforme notas atribuídas para cada critério avaliado. O Valor da Nota Final será calculado pela soma das Notas dos Subitens dividido por 4.

AVALIAÇÃO CADERNO I: PROPOSTA PRELIMINAR		
ITEM	CRITÉRIO	NOTA
1.1	Diagnóstico da situação atual	15
1.2	Estudos de Benchmark	20
1.3	Estudo de Demanda	25
1.4	Plano de Operação	20
1.5	Plano de Manutenção	10
1.6	Sistema de Mensuração de Desempenho	10
TOTAL		100
AVALIAÇÃO CADERNO II: MODELAGEM TÉCNICA		
ITEM	CRITÉRIO	NOTA
2.1	Anteprojeto com a caracterização das intervenções propostas, sendo desejável a apresentação dos projetos de infraestrutura necessários	20
2.2	Planta Ilustrativa da proposta	15
2.3	Plano de Implantação	15
2.4	Orçamento do custo global das obras	10
2.5	Cronograma físico-financeiro das obras	10
2.6	Análise das questões ambientais ligada à Energia Solar e Iluminação Pública	15
2.7	Descrição das tecnologias disponíveis para a prestação dos serviços a serem concessionados, considerando (1) sustentabilidade ambiental e (2) sustentabilidade financeira;	15
TOTAL		100
AVALIAÇÃO CADERNO III: MODELAGEM ECONÔMICO-FINANCEIRA		
ITEM	CRITÉRIO	NOTA
3.1	Descrição e dimensionamento das fontes de receitas (principais e complementares) e projeção de cenários de demanda	10
3.2	Estimativa detalhada dos custos e despesas administrativos, operacionais e de outra natureza (OPEX)	10
3.3	Valor de investimento e manutenções periódicas (CAPEX)	10
3.4	Demonstração de fluxo de caixa	20
3.5	Resultado econômico – Fluxo de Caixa Descontado do Projeto e do Acionista	25



Prefeitura Municipal de Coromandel

ADMINISTRAÇÃO 2021/2024

3.6	Demonstração comparativa de custo e benefício do PROJETO em relação a opções funcionalmente equivalentes (Value for Money)	25
TOTAL		100
AVALIAÇÃO CADERNO IV: MODELAGEM JURÍDICA		
ITEM	CRITÉRIO	NOTA
4.1	Análise jurídica, institucional e regulatória do projeto, incluindo condicionantes legais e eventuais alterações legislativas necessárias	20
4.2	Objeto da contratação e modalidade contratual	10
4.3	Dispositivos de regulamentação da licitação (edital)	20
4.4	Matriz de alocação de riscos	10
4.5	Direitos, obrigações e encargos das partes	10
4.6	Mecanismos de regulação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato	10
4.7	Sanções e penalidades, mecanismos de fiscalização e estrutura de garantias	10
4.8	Disposições regulatórias do contrato e de demais minutas de documentos do Termo de Referência	10
TOTAL		100

8. CRONOGRAMA DOS ESTUDOS

O prazo máximo para a conclusão dos ESTUDOS será de até 60 (sessenta) dias, contados da data de publicação do TERMO DE AUTORIZAÇÃO de realização dos estudos. O prazo poderá ser prorrogado, mediante solicitação de pessoa autorizada e avaliação do Município de Coromandel - MG

A pessoa física ou jurídica autorizada deverá apresentar o cronograma dos trabalhos a serem desenvolvidos em conformidade com o disposto neste Termo de Referência.

Coromandel - MG, 20 de maio de 2024.

Fernando Breno Valadares Vieira

Prefeito Municipal de Coromandel - MG